



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 7

Janeiro de 1999

EM RESULTADO DO ACORDO PARLAMENTAR CDS-PP/PSD IMPOSTOS VÃO DIMINUIR NOS AÇORES

Conforme oportunamente foi noticiado, o Grupo Parlamentar do Partido Popular apresentou na Assembleia Legislativa Regional dos Açores um Projecto de Decreto Legislativo Regional, tendo em vista diminuir o IRS pago pelas pessoas singulares e o IRC pago pelas empresas, com residência ou sede nos Açores.

O CDS/PP desejava também, nomeadamente, dar um tratamento mais favorável aos subsídios à agricultura pecuária e pescas, aumentar algumas deduções específicas, permitir maiores abatimentos com despesas de educação e saúde, isto para atender a custos da insularidade, pretendendo minorar as desvantagens das pessoas e das empresas nos Açores, todavia a Lei de Finanças das Regiões Autónomas não permitiu ir tão longe quanto desejava o Partido Popular.

Posteriormente foi estabelecido um acordo de incidência parlamentar entre o Partido Popular e o Partido Social Democrata, o qual permitiu, para além de outros, a aprovação do Decreto Legislativo Regional de adaptação do sistema fiscal nacional aos Açores.

Esta lei regional consagra que as taxas nacionais do IRS tenham nos Açores uma redução de 15% e que as taxas nacionais do IRC tenham uma redução de 30%.

Os sujeitos passivos de IRC poderão, ao abrigo da nova lei, deduzir à colecta lucros destinados a reinvestimento na percentagem de 20% nas ilhas de S. Miguel e Terceira (com majoração de 25%) nos concelhos do Nordeste e Povoação), 30% para os investimentos realizados nas ilhas de S. Jorge, Faial e Pico e 40% para os investimentos realizados nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo.

Para as taxas nacionais de IVA foi mantida a redução de 30%, tendo sido igualmente estabelecidas regras para a revisão dos Impostos especiais de consumo.

A nova lei, prevê ainda a atribuição de benefícios fiscais, em sede de IRC, Sisa e Contribuição Autárquica, através das modalidades de isenções, reduções de taxa, deduções à matéria colectável e à colecta, ou amortizações e reintegrações aceleradas.

Esta nova lei, aprovada com os votos contra dos deputados do Partido Socialista, produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1999.

RECOMENDAÇÃO SOBRE REDUÇÃO DE TARIFAS DA SATA, APROVADA POR PROPOSTA DO PARTIDO POPULAR, JÁ PRODUZIU EFEITOS

Considerando que o transporte aéreo é essencial para o desenvolvimento económico e social dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Popular apresentou na Assembleia Legislativa Regional, em Junho de 1998, uma Proposta de Resolução, tendo em vista recomendar ao Governo Regional que tomasse as medidas adequadas que, na medida do possível, apontassem para uma redução de 50% nas tarifas de passagens da SATA, nos Açores.

A Resolução foi discutida e aprovada no Parlamento Açoriano em 18 de Junho e está publicada com o n.º 14/98/A, no D.R., I Série-B, de 25 de Julho.

Ainda que tardiamente e com uma redução inferior ao desejável, o novo tarifário da SATA entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro.

JÁ BASTA DE O CORVO FICAR SEMPRE À MARGEM !

O Deputado João Greves, intervindo no Parlamento, considerou que “não é normal é este Governo não ter providenciado para que o navio ‘Lady of Mann’ também tivesse escalado o Corvo, embora este não pudesse encostar ainda no cais, poderia o serviço de desembarque ser feito nos lanchões” para mais adiante exclamar: “já basta de o Corvo ficar sempre à margem”. (*Diário ALRA n.º 48*)

Noutra intervenção, a propósito da defesa do aumento de voos para o Corvo e para as Flores, o Deputado popular acusou o Governo de “falta de cumprimento do Programa de Governo e de execução dos planos anuais”, afirmando que “não adianta tanto falar de abertura para o diálogo, se na realidade nem existe sequer vontade de cumprir com aquilo que foi proposto e aprovado” e exigiu “resposta às justas pretensões e legítimas expectativas dos corvinos e dos florentinos”. (*Diário ALRA n.º 50*)

O Deputado eleito pelo Corvo também usou da palavra para falar sobre as grandes chuvadas que se abateram sobre a Ilha do Corvo, defendendo que “depois de todas estas desgraças e o levantamento estar feito, tem este Governo a obrigação de reforçar verbas para que no mínimo haja alguma ajuda ao sector agrícola do Corvo, que já de si é bastante débil e mais débil ficou depois de tão grande tragédia”. Na mesma intervenção João Greves voltou a alertar para a intervenção no Caldeirão. (*Diário ALRA n.º 54*)

O Deputado do CDS/PP intervindo na discussão de um voto de louvor sobre o 25.º aniversário da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, em S. Miguel, considerou que todos os que ali trabalham “merecem uma palavra de homenagem”, destacando em especial as irmãs da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus, pela “sua abnegação, a sua capacidade de trabalho, a sua disciplina, a sua compreensão, o seu carinho e a sua alegria”. (*Diário ALRA n.º 59*)

João Greves, na discussão sobre o Plano e Orçamento para 1999, disse que “para a Ilha do Corvo, se não fosse a obra do Porto da Casa, oportunamente proposta pelo PP, no início do mandato deste Governo, cabia-lhe apenas a magra quantia de 84.695 contos” e acrescentou “os corvinos cada vez mais vão ficando indignados com a política deste Governo” que “praticamente não muda nada e se alguma coisa mudou para melhor, tem sido com a intervenção deste Parlamento”. (*D.º 61*)

DEPUTADO MÁRIO MOURA NO PARLAMENTO DOS AÇORES

Em regime de substituição participou nas Comissões e no Plenário da Assembleia Legislativa Regional o Deputado Mário Moura, eleito pela Ilha de S. Miguel.

Na sua primeira intervenção considerou que “a agro-pecuária mantém grande parte da economia dos Açores” e “é mesmo um dos seus pilares”, afirmando depois que “o profissionalismo e a consciência dos nossos empresários agrícolas conseguiram, agora, ilibar a nossa Região do flagelo que se abateu sobre a agro-pecuária em alguns países da União Europeia – a BSE”.

O Deputado micalense afirmou que “aquilo de que os lavradores necessitam, neste momento, é do apoio do Governo para que a lavoura açoriana retire mais valias e o maior proveito possível na colocação da sua carne no continente e na Região Autónoma da Madeira”.

Mário Moura disse depois que “centenas de empresários agrícolas estão em sérios apuros financeiros” e que é necessário “diagnosticar o mal e procurar com a colaboração de todos arranjar os meios que ajudem a sanear responsabilmente o sector”, condenando também a política de “abate de vitelos à nascença”. (*Diário ALRA n.º 56*)

Noutra intervenção na discussão do Plano e Orçamento o Deputado do CDS/PP falando sobre o desabamento da falésia que fica junto à foz da Ribeira na freguesia de Ponta Garça, disse que “é com grande apreensão e indignação que as populações atingidas estão a viver esta situação deveras preocupante, dado que apesar das promessas, tanto da parte da Autarquia, como do governo, ainda nada lhes foi resolvido”, reclamando obras “quer no sentido da consolidação da falésia, quer no do realojamento das famílias em perigo, quer ainda no da construção de uma estrada alternativa”.

Mário Moura considerou que o Plano para 1999 “quanto à ilha de S. Miguel, não responde às reais necessidades económicas e sociais da Ilha” e enumerou, como exemplos disso, a insuficiência da verba para subsidiar as calamidades agrícolas, a falta de verba para recuperação do sector da carne, a diminuta verba para a reparação e manutenção de portos e o facto de não estarem contempladas estradas como Capelas – Mosteiros e o mau estado da ligação Ribeira Grande-Lagoa.

(*Diário ALRA n.º 61*)

APROVADAS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DO CDS/PP

A Assembleia Legislativa aprovou as seguintes Resoluções cujas propostas foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do P.P.:

- Antecipação do prazo de pagamento das indemnizações compensatórias aos agricultores, como forma de minimizar a perda de rendimento resultante das condições atmosféricas rigorosas (Res. n.º 23/98/A, D.R. de 3 de Novembro);
- Criação de Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa Regional, tendo por objectivo um completo esclarecimento e apuramento da verdade relativamente a todas as suspeições sobre eventuais ligações obscuras do Governo a interesses privados e sobre todos os demais factos que o decurso dos trabalhos possa suscitar (Res. n.º 18/98/A, D.R. de 21 de Out.º);
- Sobre a injustificável, lamentável, anti-democrática e eticamente condenável nomeação, pelo Governo Regional, de um dos vice-presidentes do PS-Açores, para Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo (Res. 19/98/A, D.R. de 3 de Novembro).

VOTOS PROPOSTOS PELO PARTIDO POPULAR FORAM APROVADOS

O Grupo Parlamentar do CDS/PP apresentou diversas propostas de votos, que foram aprovados, a saber:

CONGRATULAÇÃO:

Pela comemoração das bodas de ouro da aprovação, em 10 de Dezembro de 1948, pela Assembleia Geral da ONU, da Declaração Universal dos Direitos do Homem; (Diário ALRA n.º 59)

Pelo 25.º aniversário da fundação da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de S. Miguel, tendo em conta o trabalho abnegado que ali é desenvolvido em prol dos doentes do foro psiquiátrico. (Diário ALRA n.º 59)

PESAR:

Pelo falecimento do Dr. José Orlando Bretão, advogado, democrata de sempre, que colocou predominantemente o seu saber de jurista ao serviço da causa sindical e dos mais desfavorecidos e que desenvolveu intensa actividade cultural de índole artística e etnográfica. (Diário ALRA n.º 54)

REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO ALVARINO PINHEIRO

Em requerimentos apresentados no Parlamento dos Açores, o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular tomou posição e requereu informação do Governo Regional sobre diversos temas:

Sobre as diligências que o Governo Regional eventualmente esteja a desenvolver, para que as normas que regulam a apicultura assegurem uma correcta harmonização entre a instalação de colmeias e a segurança das populações;

Sobre que medidas está o Governo Regional decidido a tomar, no sentido da construção do parque de retém integrado no projecto de modernização do porto de S. Roque do Pico

(O Governo informou que o parque de retém entrou em fase de projecto e que o concurso público da obra deverá ser lançado em 1999);

Para quando a asfaltagem do troço da estrada dos Nortes, no interior da localidade de Santo António, em S. Jorge

(O Governo informou que a pavimentação do troço de Santo António será alvo de uma nova empreitada, estando agora a proceder às medições, para ser posta a concurso brevemente);

Sobre que medidas ou projectos de intervenção, na área do abastecimento de água à lavoura estão programadas para a Ilha do Pico e na hipótese afirmativa, para quando está prevista a construção das infraestruturas;

Qual a justificação do Governo Regional para não ter ainda procedido à reparação da muralha da Fajã de S. João, em S. Jorge, que ameaça ruir;

Pedido de informações sobre a fase em que se encontram as propostas de investimento privado no projecto geotérmico da Ilha Terceira, sobre que medidas tem o Governo programadas para o desenvolvimento do projecto geotérmico na mesma Ilha, sobre a data de início de tais investimentos e qual o seu montante.

NA DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO, DEPUTADO ALVARINO PINHEIRO EXIGE COMPENSAÇÃO PELOS CUSTOS DA INSULARIDADE AFIRMA QUE O GOVERNO SOCIALISTA NÃO TERÁ DESCULPAS

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular acusou o Governo socialista de após três anos de gestão ter “um endividamento acrescido de 50 milhões de contos, o que não deixa de traduzir uma incomportável e galopante taxa de endividamento, muito superior ao que vinha ocorrendo nos anos anteriores”, o que significa “não prosseguir a realização do equilíbrio sustentável das finanças públicas” pelo que uma das principais linhas de força do Programa de Governo “tem falhado redondamente”.

Alvarino Pinheiro demonstrou depois um “crescimento das despesas correntes de 16,25%, no espaço de apenas 2 anos” e afirmou “é demasiado, é incomportável e não traduz nenhuma mudança de política”, assinalando porém como positiva a contenção das despesas com a aquisição de bens e serviços.

O Presidente do CDS/PP-Açores disse depois ser “indispensável que aqueles que não podem ver o seu rendimento compensado pela diminuição dos impostos estabelecida pelo PSD e pelo PP, possam ter também, em 1999, uma justa compensação pelos custos da insularidade, nomeadamente todos aqueles que possuem rendimentos mais baixos que nem lhes permite pagar impostos ou o fazem simbolicamente”.

Na declaração final da discussão sobre o Plano e Orçamento para 1999, o Presidente do Grupo Parlamentar considerou que “os documentos não correspondem às expectativas criadas e apresentam-se pouco inovadores, ao contrário da mudança que se aguardava em muitas orientações globais e sectoriais e, sobretudo, nas práticas políticas”.

Alvarino Pinheiro exigiu também que o Governo socialista “terá de recuperar rapidamente o que deixou por fazer em 1997 e 1998 e não pode deixar de cumprir o que agora prometeu”.

Justificando o voto dos deputados do Partido Popular disse “vamos, com a nossa abstenção, contribuir para que eles passem, na perspectiva, hoje como no passado, de que o Governo, qualquer que ele seja, deve ter os instrumentos essenciais para governar” e continuou “o Governo fica com o Plano que escolheu e com o Orçamento que propôs, acabando hoje as esfarrapadas desculpas socialistas!”

Terminou a sua intervenção da seguinte forma:

“O Governo vai ter Plano e Orçamento da maneira que quer. Para o executar tem um Governo com a organização que definiu e com as pessoas que escolheu.

Por tudo isto não terá desculpas, quando responder perante esta Assembleia e perante o povo dos Açores”.

(Diários ALRA n.º 59 e 62)

CDS/PP APRESENTOU MAIS DOIS PROJECTOS DE DECRETO

Um dos projectos de Decreto Legislativo Regional, apresentado em 2 de Outubro, visa criar um novo regime jurídico para os Conselhos de Ilha, que passarão a existir também nas ilhas que apenas tenham um concelho.

O outro projecto, apresentado em 16 de Setembro, visa que o lugar da Ponta da Fajã-Grande, na Ilha das Flores, deixe de ser considerado “zona de alto risco” e que ali se volte a poder habitar e construir edifícios.

POR PROPOSTA DO PP APROVADAS RESOLUÇÕES

O Parlamento açoriano aprovou, em 24 de Setembro, uma Resolução, proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, em que se recomenda ao Governo Regional que preste informação periódica à Assembleia Legislativa, sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho, provindos de instituições e entidades públicas e privadas.

(Res. n.º 22/98/A no D.R. 3 Nov.º)

Outra Resolução, proposta pelo CDS/PP e aprovada em 24 de Setembro (Res. 20/98/A), foi recomendado ao Governo Regional que estabelecesse com a SATA a inclusão, nos seus horários, da realização de um voo semanal em cada fim-de-semana para as Flores e o aumento para três do número de ligações semanais para o Corvo.

O terceiro voo para o Corvo começou com o horário de Inverno da SATA e o voo de fim-de-semana para as Flores começou no início de Dezembro de 1998.